

AD 23354

Élcio apóia mudanças na estação rodoviária

O governador Élcio Álvares disse ontem que apoia integralmente o projeto que se encontra na área do Governo, estabelecendo uma série de melhorias nas instalações da estação rodoviária da praça Misael Pena, em Vitória. E garantiu que as obras previstas não terão qualquer interferência no ritmo de trabalhos que estão sendo realizados, a fim de construir uma nova rodoviária para a Grande Vitória, possivelmente no município de Cariacica.

O governador frisou ter presenciado recentemente a situação caótica que se encontra a atual rodoviária de Vitória, a qual — em sua opinião — oferece um atendimento “incompatível com a dignidade dos seus usuários”. Salientou também não ser justo que aqueles passageiros continuem enfrentando todos os problemas apresentados naquela área, enquanto aguardam a conclusão da nova estação, cuja demora foi estimada em pelo menos um ano e meio.

INSIGNIFICANTE

O governador acrescentou que as obras projetadas para melhorar as instalações da rodoviária, tanto poderão ser executadas pelos principais empresários que se utilizam daquela área como também pelo Governo, o qual “está decididamente empenhado em minorar os problemas enfrentados pelos usuários”. Enfatizou que os serviços programados não representam de forma alguma a solução definitiva para a situação precária daquela área, mas podem mudar “a filosofia do atendimento”.

Élcio Álvares disse que o economista Arlindo Vilaschi, diretor técnico da Fundação Jones Santos Neves, está de posse do projeto no qual estão previstas todas as reformas da estação rodoviária, as quais terão custo “quase que insignificante”. Embora não fosse estabelecido prazo para o início dos serviços, estes poderão começar num espaço de tempo bastante curto, conforme o interesse demonstrado por Élcio Álvares.

Além do governador, também defendem a reforma da rodoviária o diretor da Fundep, Wallace Vieira Borges, o diretor do Detran, capitão Mário Natali, e outras autoridades vinculadas ao Governo. Os usuários daquelas instalações, no entanto, e isto ficou demonstrado numa pesquisa de opinião pública realizada no final da última semana, são contrários a qualquer tipo de melhoria naquela área.

Vários passageiros encontrados sábado último na rodoviária argumentaram, entre outras coisas, que a área onde se localiza aquelas instalações “já não comporta mais o movimento de ônibus que nela se processa”, “isto aqui é uma vergonha para a Capital do Estado”, “o espaço existente não comporta reformas”, “medidas paliativas em coisas há muito ultrapassadas, como é este caso, já não se concebe”, além de outras declarações.

Os problemas apresentados pela atual rodoviária começam desde o atendimento e vão até a área de manobras dos ônibus. Isto é reconhecido pelas autoridades capixabas, inclusive pelo governador, mas — ao contrário dos usuários — alguns deles entendem que a situação pode ao menos ser amenizada.

Conforme o diretor da Fundep, Wallace Borges, os melhoramentos previstos incluem o alargamento da passarela que contorna o prédio da rodoviária, local de maior concentração dos passageiros. Estes serviços, conforme se presume, têm como objetivo melhorar as condições de acesso do usuário aos guichês de vendas de passagem.

A cobertura da rodoviária também sofrerá melhoramentos, com o fim de sanar os problemas apresentados em dias de chuvas, principalmente, quando os passageiros ficam sem nenhum condição de abrigo. Esta situação se verifica também em dias de sol, porém as reclamações tornam-se mais intensas em ocasiões de chuvas.

Outra providência que também faz parte do projeto de melhorias para a rodoviária, relaciona-se — segundo o governador — com as instalações sanitárias, onde a situação higiênica tem se apresentado das mais precárias. Para que haja um cuidado permanente na limpeza e conservação dessas instalações, cogita-se em acionar a Fundep ou a Prefeitura de Vitória.

Quanto a parte de trânsito, o plano das autoridades baseia-se na construção de três plataformas para embarque e desembarque dos passageiros no espaço compreendido entre os prédios do Serviço Social do Comércio (Sesc) e da rodoviária. Calcula-se que em cada plataforma de embarque poderão estacionar simultaneamente quatro ônibus, e cinco na de desembarque.

Do plano de reformas para aquela área consta ainda um redimensionamento na circulação dos veículos, tanto de ônibus quanto de carros particulares. O acesso de coletivos até aquele ponto seria disciplinado, a fim de evitar a origem dos congestionamentos atuais. Enfim, as autoridades confiam que os serviços previstos serão capazes de mudar bastante as deficiências verificadas na hoje precária estação rodoviária da praça Misael Pena.

Sobre a nova estação rodoviária da Grande Vitória, o governador Élcio Álvares adiantou que as dificuldades surgidas até o momento para sua localização definitiva, prendem-se ao projeto dos acessos à segunda ponte, ao lado do Continente. Esta declaração sugere que a idéia do Governo continua concentrada em Jardim América, para servir de local do futuro terminal rodoviário.

Pelo que se pode depreender das explicações do governador, a localização dos acessos à segunda ponte — esta última obra em construção lenta sobre a baía de Vitória — ainda se constitui uma interrogação para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), responsável absoluto pela elaboração e execução deste projeto.

Enquanto perdura a indefinição para localização dos acessos, que deverão situar do lado do Continente, dilata-se também o “plano de urgência” do Governo do Estado para iniciar as obras de construção do novo terminal rodoviário para a Grande Vitória. Tudo o que se sabe de concreto sobre este empreendimento estadual é que ele deverá estar concluído num prazo de um ano e meio, devendo custar cerca de Cr\$ 20 milhões.

SEGUNDA PONTE

Consultado a respeito da conclusão da segunda ponte e seus acessos no Continente e em Vitória, o governador Élcio Álvares demonstrou evitar o assunto. Entretanto, disse que parte dos recursos a serem aplicados naqueles projetos já estão alocados na esfera federal, porém, “não deverão ser suficientes para a entrega daquela ligação ao tráfego de veículos”.

Em declarações tidas como bastante “irônicas”, o DNER anunciou anteriormente, por várias vezes, inclusive numa delas através de seu diretor geral Ademar Ribeiro da Silva, que a segunda ligação de Vitória com o Continente seria entregue ao tráfego de veículos no decorrer do segundo semestre deste ano. Contudo, somente o ritmo lento das obras da ponte se apresentam como fato concreto até o momento, já que dos acessos nada se sabe de oficial.

Segundo Élcio Álvares, os problemas decorrentes da não conclusão da segunda ponte e seus acessos “preocupam o Governo bastante”. Por este motivo, disse ele que na próxima viagem que fará à Brasília pretende agilizar os pontos obscuros da questão, a fim de que as obras venham ser terminadas num prazo o mais curto possível.

O governador, ao contrário de outras ocasiões, não se aventurou em afirmar quando a segunda ponte será concluída, como também seus acessos no Continente e em Vitória. Ao contrário, observou que a falta daquela ligação poderá trazer para o trânsito da Capital, a partir de julho, sérios problemas, decorrentes da intensificação no tráfego de trens sobre a ponte Florentino Avidos — única via de acesso ao Sul da Cidade.

Conforme suas declarações, o movimento previsto na plataforma do Porto de Vitória deverá se intensificar bastante a partir daquele mês, sendo necessário escoar as mercadorias ali desembarcadas pela avenida Florentino Avidos. Isto exigirá o uso daquela passagem por composições ferroviárias, durante três a cinco vezes por dia, com consequências ainda mais danosas para o trânsito que veículos que lá se processa.

Remanejamento sofre crítica

O remanejamento das linhas de ônibus destinadas do Continente para o centro da Capital, a ser adotado pelo Detran a partir de 1º de março próximo, poderá provocar concorrência prejudicial para algumas empresas permissionárias da Fundep, em Vitória, além de causar outros problemas considerados de bastante gravidade.

A opinião neste sentido foi defendida ontem pelo assessor jurídico da Associação das Empresas de Transporte Coletivo da Grande Vitória, Rubens Rabelo, que anteontem reuniu-se com o governador Elcio Álvares, acompanhado de alguns empresários, expondo os reflexos negativos da pretensão do Detran. Um novo encontro com o mesmo sentido está marcado para sexta-feira, quando a questão voltará a ser discutida, para se tentar encontrar o denominador comum.

COMPREENSÃO

O governador Elcio Álvares, ao ser ouvido ontem a respeito do temor dos empresários em virtude da decisão do Detran, disse que o remanejamento das linhas de ônibus procedentes do Continente (Vila Velha, Cariacica e Viana) visa "em primeiro lugar oferecer aos usuários do transporte coletivo melhores condições, dentro da política de valorização do homem apregoada pelo presidente Geisel".

Salientou também que, "apesar da importância das empresas de ônibus, o objetivo prioritário do Governo está voltado para o usuário, o trabalhador que precisa se deslocar de casa ao serviço. Isto foi exposto na reunião com os empresários (anteontem), quando convocamos a suas compreensões para adotarmos as medidas previstas".

O encontro dos empresários com o governador, na opinião de Rubens Rabelo, foi apenas informal e não serviu para definir a questão proposta pela Associação. Contudo, ele espera encontrar um

denominador comum para o impasse na reunião que será realizada sexta-feira, entre os empresários interessados, a entidade de classe, o diretor do Detran, capitão Mário Natali; e possivelmente um representante da Comissão Nacional de Transporte Urbano (CNPU).

O sr. Rabelo enumerou como pontos vulneráveis da medida do Detran, o aumento considerável de ônibus que passará a circular nas principais vias de escoamento do centro da cidade, representando um movimento superior a 2.000 viagens diárias; a redução da velocidade média para os coletivos das linhas da Fundep; retração do movimento de passageiros para as chamadas linhas curtas, além de outros reflexos tidos como prejudiciais ao trânsito e para algumas empresas.

A decisão do Detran objetiva levar as linhas de ônibus do Continente a circular até o Forte São João, nas imediações do Colégio Salesiano, de onde retornariam a seus pontos de origem pela avenida Vitória, Jerônimo Monteiro, Cleto Nunes e outras. O diretor daquele órgão entende ser esta medida de cunho "estritamente social, pois viria atender os interesses de um grande número de usuários, os quais são obrigados, para atingir determinados locais, a caminhar longas distâncias ou tomar mais de uma condução".

O assessor jurídico da Associação da classe disse não discordar da validade da medida pelo seu aspecto social, mas sim no econômico, voltando-se para o interesse das empresas, "principalmente as de curto percurso". Estas, segundo ele, "sobrevivem hoje às duras penas em função dos passageiros que embarcam na avenida Vitória para o centro e da Vila Rubim para a região do Forte São João e Jucutuquara". A partir do momento que os coletivos do Continente passarem a cobrir todo este percurso, acredita Rubens Rabelo "essas empresas passarão a sofrer os prejuízos decorrentes da medida, pelo menos a curto prazo".